



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0231R/16	DATA: 30/03/2016	
LOCAL: Morro dos Cavalos - Santa Catarina	INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 15h23min	PÁGINAS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. TEÓFILO GONÇALVES - Cacique guarani da Aldeia Mordo dos Cavalos. HYRAL MOREIRA - Cacique guarani. ANALÚCIA HARTMANN - Procuradora da República do Ministério Público Federal em Santa Catarina. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO
Diligência à aldeia indígena de Morro dos Cavalos, Estado de Santa Catarina.
OBSERVAÇÕES
Há exposições em guarani, com e sem tradução. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. Há palavras ou expressões inaudíveis e ininteligíveis.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Boa tarde a todos. Nós somos a equipe técnica que assessora a CPI da FUNAI e INCRA. Meu nome é Rodinei Candeia. Eu sou o Procurador requisitado pelo Congresso Nacional para assessorar a Comissão. Está nos acompanhando nesta diligência o Sr. Fernando Rocha, Consultor da Câmara dos Deputados, e o Dr. Marcelo Xavier, Delegado da Polícia Federal, também autoridade requisitada. O Rodrigo e o Robério nos dão apoio técnico.

Agradeço a todos os senhores a gentileza de nos receberem em suas casas. E eu queria explicar o que viemos fazer aqui. A CPI corre no Congresso Nacional e, evidentemente, tem um fundo, uma intenção política na sua própria constituição e discussões. O que nós percebíamos lá é que muitas das vezes as discussões se perdiam nessas questões políticas, e a parte realmente de trazer os fatos para dentro da CPI, para que os Parlamentares, todos, pudessem decidir da maneira mais adequada, lá no final, quais são as providências que o Congresso Nacional deve encaminhar a respeito das matérias envolvendo questões indígenas, acabava não chegando.

E nós sugerimos, então, que viéssemos a todos os pontos mais emblemáticos, onde há algum tipo de problema, algum tipo de discussão, e que pudéssemos colher das pessoas as suas aspirações, as suas ideias, os seus problemas e também que nos esclarecessem sobre as coisas que estão sendo discutidas.

Nós todos somos servidores públicos de carreira, não temos nenhuma filiação partidária, nenhum cargo de confiança. Então, a nossa intenção é prestar o serviço da melhor maneira possível a todos os senhores e a nós mesmos. E, assim, tentar achar um caminho que evite a perpetuação dos conflitos. Essa é a ideia de vir até as pontas, onde há problemas.

Foram escolhidos pelos Parlamentares alguns lugares no Brasil para que visitássemos, e um dos pontos foi aqui em Santa Catarina, nessa questão envolvendo principalmente o Morro dos Cavalos e adjacências.

Queria dizer que o registro está sendo feito só em áudio. Contamos com a presença honrosa da Dra. Analúcia Hartmann, Procuradora da República, que se fez





presente e acompanha todo o desenrolar dos fatos, e dos servidores da FUNAI, o Nuno...

**O SR. NUNO** - Não sou mais da FUNAI, não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não é mais da FUNAI, desculpe-me. O João Mitchel e o Luís Felipe. O pessoal tem acompanhado, e nós queremos, em cada ponto onde houver essas reivindicações, conversar com as pessoas para tentar esclarecer um pouco, entender, ver os fatos que aconteceram e também levar algumas coisas que os senhores tenham para nos dizer.

Para vocês terem uma ideia, nós já fizemos a mesma coisa no Estado do Rio Grande do Sul. Fomos, pelo menos, em seis ou oito aldeias, e foi muito rico, porque muitas das coisas que nos chegavam lá em Brasília na verdade acabam não sendo bem o que a comunidade indígena quer. E entendemos que tem que se fazer ouvir, então, a comunidade indígena.

A ideia é esta: entender o que está acontecendo, ouvir os senhores e levar o registro mais fidedigno possível.

Essas diligências feitas pela CPI não têm a finalidade de constituir uma prova absoluta. Na verdade ela subsidia os Parlamentares para que, a partir dessas atividades, eles possam, sim, determinar as provas que entenderem necessárias, inclusive, se for o caso, solicitar a ida até Brasília para depor perante a Comissão. Aí, sim, de uma forma mais oficial, de uma forma juramentada e na presença de todos os Parlamentares.

As nossas diligências, com raras exceções, são públicas. Portanto, não há problema nenhum em que qualquer pessoa se manifeste a respeito. Quanto mais informações vierem, melhor. E, com algumas exceções, elas são reservadas, se a própria pessoa pedir que assim seja. Só nessa situação. Se a própria pessoa pedir que seja reservado o seu depoimento, aí a gente colhe reservadamente, e ele só será disponibilizado para os Parlamentares.

Então, se algum dos senhores quiser conversar reservadamente, eu peço a gentileza de que os senhores nos expliquem, porque senão nós vamos acabar mandando tudo para as notas taquigráficas e vai ficar público. Como só há áudio, eu gostaria que cada um que eventualmente queira falar diga o seu nome no microfone





antes de começar a falar. Em cada comunidade — é um costume indígena, a gente reconhece —, normalmente fala a liderança principal e alguma liderança, vice-cacique, alguma liderança que queira falar. Nós não faremos qualquer tipo de interferência nesse aspecto.

Agora, a gente realmente gostaria de ouvir a liderança de cada comunidade local, para entender e para que a gente não perdesse a riqueza dos detalhes.

O primeiro que vai falar é o Sr. Teófilo. O senhor pode pegar o microfone, por favor.

**O SR. TEÓFILO GONÇALVES** - Boa tarde a todos. Meu nome é Teófilo Gonçalves, cacique do Morro dos Cavalos, da aldeia, só que eu queria pedir desculpas, porque eu falo mais em guarani. Vou falar em guarani, e uma pessoa vai responder em português.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É que nós, se o senhor conversar só em guarani, vamos perder um pouco da riqueza e não vamos entender.

**O SR. TEÓFILO GONÇALVES** - Por isso que uma pessoa vai explicar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. Quem vai ser o tradutor?

**O SR. TEÓFILO GONÇALVES** - Ele mesmo, o Hyral Moreira.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

**O SR. TEÓFILO GONÇALVES** - *(Exposição em guarani.)*

Agora vou passar para ele para que ele fale em português.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Obrigado.

**O SR. HYRAL MOREIRA** (Intérprete) - *(Intervenção em guarani.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor poderia nos traduzir o que ele falou, primeiro, por favor?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - O senhor vai deixar eu falar ou não?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Estou perguntando se o senhor pode nos ajudar.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Eu vou traduzir depois. Se você não me permitir, eu não vou conseguir fazer isso.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor se acalme. Eu só estou...

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Eu estou calmo. Eu estou muito calmo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor se acalme, eu só estou perguntando.

**O SR. HYRAL MOREIRA** (Intérprete) - Eu também estou lhe colocando. *(Intervenção em guarani.)*

Então, da mesma forma que esta CPI outorgou poderes para que os assessores estivessem presentes aqui fazendo esse trabalho, também a gente tem a outorga dos demais caciques para fazer esse comentário.

O meu nome é Hyral Moreira. Sou cacique da aldeia de Biguaçu.

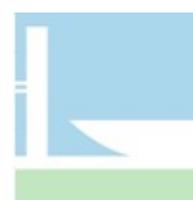
O que o cacique colocou foi um ponto que vamos ter que refletir. Primeiro ponto: ele coloca que em nenhum momento foram avisados de que estariam fazendo isso aqui, porque, querendo ou não, estão entrando na casa de alguém, de um cidadão. Como é que vocês agiriam se nós fôssemos à casa de vocês, adentrássemos sem permissão ou sem ao menos comunicar? Os senhores imaginem isso.

Mas, pelo costume tradicional do povo guarani, que é muito receptivo, a gente está recebendo vocês com todo o respeito que se possa imaginar, porque, simplesmente, a gente poderia dizer: *“Não, não vamos aceitar. Nós não formos comunicados”*. Isso é o que ele coloca.

E a outra questão é: a gente gostaria de perguntar o que realmente, qual é o objetivo desse trabalho que vocês estão fazendo, porque, até então, estão nos colocando para falar o quê?

E aí eu me coloco com essa outorga dos demais caciques, lembrando que a organização está prevista na Constituição, no 231 — fala da organização social dos povos indígenas. A gente está respeitando estritamente esse artigo.

Portanto, eu gostaria de fazer algumas colocações. A gente vai ter que criar um protocolo de intenção nesse momento, porque vocês estão adentrando num território pertencente a uma comunidade. Então, nós vamos ter que criar critérios, senão não vai funcionar aqui nem em lugar nenhum. Então, a gente vai permitir a





palavra pros representantes da CPI que falaram aqui. Pros demais, não vai fazer nem justificativa a intervenção. Se for nesse sentido, a gente vai aceitar.

Então, eu coloco mais uma vez: a gente quer saber qual é o objetivo, qual é a intenção e quais as perguntas que serão formuladas pra nós. Nós vamos estar falando aqui o quê?

Era isso, de antemão.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, se os colegas me permitem, cacique Hyral, cacique Teófilo, eu vou dizer aos senhores: eu acho que vocês têm razão. Acho que nós fomos um pouquinho, talvez, mal-educados, né? Eu vou ser bem sincero com os senhores. Essas diligências têm sido marcadas na quarta-feira para a gente viajar na segunda. Então, nem sempre a gente consegue ser tão ágil assim a ponto de avisar. A gente tem publicado as diligências, elas são publicadas, às áreas a que se vai.

Então, de minha parte, eu peço desculpas por a gente não ter comunicado de uma forma mais educada, no mínimo, né? E volto a reiterar: agradeço aos senhores por terem nos recebido. E aqui não tem nenhum, assim... esconder o que está acontecendo. Os senhores sabem muito bem que essa demarcação está sendo discutida. Só que ela está sendo discutida só no papel. Ela está sendo discutida por manifestações de parte a parte. Na verdade, a gente não sabe de fato se o que falam de um lado ou de outro é a verdade. Esse é o ponto.

Então, assim, nós vamos ser sinceros. Eu estou sendo bem sincero. Nós vamos fazer perguntas bem objetivas pros senhores. Assim, por exemplo, os senhores ocupam aqui? Aqui é área tradicional? Quando é que... Entenderam? São coisas desse tipo que nós vamos perguntar pros senhores. Evidentemente, os senhores vão responder pra gente se os senhores quiserem. Nisto aqui não há nenhum constrangimento e não há nenhuma obrigação de que os senhores façam isso, né?

Mas, assim, me parece que, se os senhores puderem nos esclarecer, se os senhores puderem colaborar com a CPI, sempre vai ser mais rica, sempre vai ter outra opinião, porque pode acontecer de os Parlamentares também não se sentirem satisfeitos com a diligência e solicitarem que os senhores vão a Brasília, oficialmente. E lá, sim, é oficial. Lá os senhores vão ter que se comunicar. Então,





assim, basicamente é isso. Não tem muito mais a dizer pros senhores nem a esconder. A verdade é essa, ou seja, quem afinal de contas está falando as coisas e tem razão: isto aqui se trata de uma demarcação tradicional, quem são as comunidades que estão envolvidas nisso, quais são os interesses dos senhores, onde é que os senhores querem viver, que tipo de vida querem, quais são os meios de sobrevivência que os senhores vão ter. Enfim, é isso.

**O SR HYRAL MOREIRA** - Diante dessas colocações, aí, então, que se formulem realmente essas perguntas, porque, senão, o que a gente vai estar falando aqui? Então, formulem... *(Pausa.)*

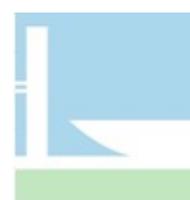
**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A Dra. Analúcia Hartmann vai falar.

**A SRA. ANALÚCIA HARTMANN** - Analúcia Hartmann, do Ministério Público Federal em Santa Catarina. Eu só pedi a palavra porque eu acho que nós temos que retirar um pouco a tensão deste momento, né, já deixando registrado publicamente, como eu já expliquei ontem pros caciques, que o próprio Ministério Público Federal só ficou sabendo dessa vinda a Santa Catarina ontem.

Então, nós também não tínhamos como falar antes, seguir, fazer com que a equipe seguisse o protocolo que é tratado, inclusive no Estatuto do Índio, né, de pedido, solicitação pra ingresso na terra indígena, tanto pra comunidade como pra FUNAI, que é o órgão de assistência, né?

Todos nós conhecemos o art. 231, nós, principalmente funcionários públicos, sabemos que nós devemos respeito aos costumes e aos hábitos da comunidade, assim como nós do Ministério Público Federal temos uma função constitucional, que é de promover e auxiliar a defesa dos direitos e dos interesses das comunidades indígenas. Por isso nós estamos aqui.

Ontem, os caciques estiveram no Ministério Público Federal, alertados pela própria FUNAI, que também só ficou sabendo esta semana da vinda, e alertados pela imprensa da vinda de representantes da Comissão, que a gente também não sabia quem seriam. E aí eu gostaria também de deixar registrado que, lamentavelmente, não tem nenhum dos membros da Comissão presente. Eu acho que mais importante do que ficar registrado um áudio numa área indígena seria que





os Deputados viessem conhecer a área indígena, as pessoas indígenas, a maneira de viver dos indígenas, essa escola indígena bilíngue.

Eu acho que seria, pra essas pessoas que querem avaliar, querem julgar como é que está se fazendo demarcação neste País, que conhecessem na prática, conhecessem *in loco* o que está acontecendo. Mas vamos dizer que isso vai passar pelo áudio, infelizmente — eu imagino que também muitas fotografias chegarão lá, né, e, claro, os testemunhos dos senhores, do que os senhores viram, né?

Então, eu só gostaria de pedir ao cacique Hyral, ao cacique Timóteo, agradecendo também por nos receberem aqui, que houvesse um cuidado com essas questões todas, até porque — isso é uma coisa que eu sei que a CPI vai pedir ao Ministério Público — tudo isso já passou por um processo administrativo de demarcação, que já foi reconhecido pelo Ministério da Justiça há muitos anos, já passou por vários processos judiciais, todos eles favoráveis à comunidade indígena, e não existe uma liminar sequer contra a demarcação dessa terra.

Então, é uma questão que já tem toda prova feita em autos judiciais, já tem decisões judiciais e tem decisões pendentes. Ou seja, isso... E me parece que há também...

E aí me permito dizer que eu li e reli o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito e não compreendi muito bem, porque é tudo e nada. Quer dizer, é INCRA, é FUNAI, é território quilombola, é território indígena, quando a gente sabe que são preceitos completamente diferentes, populações completamente diferentes, né? E vários exemplos que foram dados... E me parece que agora, além de exemplos, eles também serão investigados. Então me parece que está havendo uma certa extrapolação do objeto inicial da CPI.

Então, eu só gostaria de reafirmar aos indígenas: nós estamos também gravando, estamos atentos, pra que o que seja dito aqui seja respeitado, e que seja integralmente levado para a Comissão Parlamentar de Inquérito!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá bem. Muito obrigado.

Eu só queria lhe dizer que em outras diligências a gente conseguiu se fazer acompanhar de Deputados. Infelizmente, nesta semana, não se consegue tirar nenhum Parlamentar de Brasília. Os senhores todos sabem o momento que o País





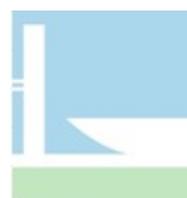
está passando, não é preciso nem dizer. Então, eu também prefiro que o Parlamentar participe, até porque ele é o destinatário, ele é o juiz da prova. Mas infelizmente nem sempre se consegue isso.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - É só questão de informação, né? Quando se questiona muito essas questões que envolvem populações indígenas, temos que refletir que, quando se fala em territorialidade, se fala de territórios e em memoriais dos povos que já estiveram aqui e continuam estando aqui. Então, o próprio sistema do não indígena criou essa ideia de demarcar terras, sabendo que esse mesmo Estado, quando chegaram, constituiu um Estado em cima de um outro que já existia, não formalizado. E isso nunca se levou em conta, de que esse povo, essas crianças que estão aqui ainda vão atingir futuras gerações, como nós estamos hoje aqui, porque os nossos avós já estiveram aqui. Então, quando se fala em territorialidade, tem que também refletir na história, em como se constituiu esse Estado brasileiro, em cima de territórios dos povos indígenas, porque a ideia de propriedade não vem do indígena. Isso nunca foi discutido.

Qual é o indígena que... *“Ah, aquele lugar lá é meu, vou cercar.”* Nunca! Nunca! E jamais vamos ter isso, porque, dentro da concepção dos povos indígenas, a coletividade está acima de qualquer indivíduo. Diferente desse Estado que tem o sistema, justamente visando o quê? Hoje a gente se depara com as políticas que não funcionam, justamente por essa razão, porque a ideia de coletividade não existe. Nunca existiu, desde que adentraram este território, há mais de 500 anos.

Então, hoje nós temos que dizer à sociedade: *“Não, nós já estávamos aqui”*. Ora, já sabem da própria história. Como é que nós vamos estar aqui falando *“Ah, nós já estávamos aqui”*? Pouco importa para nós se é o cacique Teófilo, o cacique Hyral, se é o cacique Marco. Não importa onde tem terra indígena. Já diz “terra indígena”. O próprio mecanismo da sociedade que não é indígena já diz “território indígena”. Ele não diz “o território do Teófilo”.

Então, qualquer indígena, ele tem o direito de usufruir daquele espaço que é destinado a ele; destinado por imposição, porque, historicamente, até 88, existia o Estado que dizia: *“Não, este aqui é pro índio; o índio, ele não tem capacidade, então nós, como tutores, vamos destinar isso”*. Eu tenho certeza de que, a partir de 88, essa ideologia não se aplica mais.





Então, no momento em que se fala em território, tem que levar todo o aspecto histórico. Não é o marco inicial de 88 que é o marco do início. Então se esqueceram de 88 para trás? Então, se tem a memória, é simplesmente de 88? Estranho isso. Esqueceram que este País, Brasil, está constituído em cima de milhares de indígenas que estão lá embaixo hoje.

E nós hoje estamos lutando justamente para garantir que essas crianças tenham um futuro pela frente; do mesmo jeito, assim como nossos avós nos ensinaram, não ter a ideia de propriedade, de adquirir — *“isto aqui é meu”*. Nunca foi dessa maneira.

Então, eu coloco as minhas palavras e das demais lideranças, que têm a mesma mentalidade, até porque o cacique Teófilo, ele assumiu a cacicagem faz 2 meses. Isso é um modelo de se organizar. Isso não quer dizer que o Teófilo, que o mandato dele como liderança só vale dali, de onde ele seguiu. Simples assim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu posso interrompê-lo rapidinho?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Pode.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é que escolhem o cacique? É só uma curiosidade nossa, porque nós temos visto modelos diferentes de escolha. Como é que os senhores escolhem?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Da mesma forma que eu lhe expliquei. Existe na Constituição... que reconhece a forma de se organizar. Cada comunidade tem sua forma de se organizar, tem sua comunidade, e escolhe se deve ou não deve, quem deve ser. Mas é uma forma de representação. Ele é um membro da comunidade.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma crítica que algumas comunidades indígenas fazem é que o modelo do branco não serve e às vezes cria conflitos. Por isso eu lhe perguntei. Algumas comunidades não querem mais fazer por eleição, votação, preferem outros modelos, escolhem um conselho. Como é que funciona isso?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Na verdade, não existe eleição. Isso nunca existiu e não vai existir. Existe a indicação da própria comunidade. A comunidade se organiza e diz: *“Essa pessoa vai nos representar”*. Isso não quer dizer que ele tem o poder de muitas vezes causar dano à sua comunidade, porque ele também é





morador da própria comunidade. Então, se esse sistema é o melhor, cada comunidade vai achar. Isso não quer dizer que o modelo dos não indígenas seja bom ou ruim. Isso não importa. Não se adentra, da aldeia para dentro. Isso fica lá fora. Não tem interferência diretamente.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu entendo o que o senhor referiu, que a questão da imemorialidade é muito cara para os indígenas e que pouco importa se em 88 ou não estava esse ou aquele. É uma posição que está posta e que está sendo discutida. E o senhor tem toda a legitimidade, os senhores têm toda a legitimidade de discutir.

A questão toda é que, para efeitos práticos, nos processos e nas demarcações, eles apontam: *“Esta comunidade estava em tal lugar, estava ocupando tal área”*. Isso, para os senhores, tem relevância? Não tem relevância? Porque isso é importante lá na discussão. Por exemplo, qual era a comunidade que estava em Morro dos Cavalos, que estava em Biguaçu, enfim?

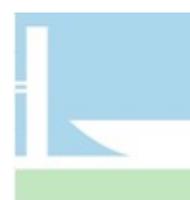
**O SR. HYRAL MOREIRA** - Isso é irrelevante, porque eu poderia estar hoje aqui e amanhã lá em Joinville, onde tem terra indígena. Isso não interfere em nada, porque é uma forma de mobilização. A própria história dos povos guarani, falando do tronco tupi-guarani, ela sempre se organizou dessa forma. Se você pegar... Historicamente, você pega lá do Espírito Santo, vai até a Bacia do Prata, que era território dos povos guarani. Então, como é que você vai, dentro do sistema... É isto que eu estou colocando, o sistema não indígena é que criou isso. Não foram os indígenas.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Mas, nesse critério, toda essa região que o senhor definiu do Sul, do continente Sul é guarani.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí ela teria que ser demarcada inteira?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Aí é que está, o próprio sistema criou isso. Porque hoje nós não podemos nem nos mobilizar. Por exemplo, se a gente vai pegar um material, por exemplo, um material de necessidade pra comunidade, a gente não pode entrar porque tem dono. Como assim, tem dono? A gente não criou esse sistema.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E como é que a gente compatibiliza, hoje, o sistema que tem, de propriedade, de cerca, com essa necessidade dos senhores de terem os bens da sua subsistência? Como é que a gente compatibiliza isso?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Aí é que está, o sistema criou um mecanismo de poder dizer: *"Isto aqui é dos povos indígenas e isto aqui, não; isto é propriedade particular"*. Na concepção guarani ou dos povos indígenas em geral, não tem essa concepção. Ora, quem criou isso? Foi Nhanderu, foi Deus que criou para que a humanidade pudesse usufruir. Agora, o homem, com sua inteligência, fazer isto: negar para o outro? E, hoje, esse conflito de que se fala é justamente por essa razão. Não fomos os indígenas que criamos esse modelo, esse critério, porque até então não existia critério. A natureza está para servir o homem. Não é o que se diz?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas a mesma Constituição que garante aos indígenas os direitos tradicionais e a posse das suas áreas também garante os direitos dos demais brasileiros. Como é que eu compatibilizo essa sua concepção de que não deveria ter propriedade privada com a propriedade privada que existe, e é fato, e é parte do Brasil?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Aí é que está. Como eu falei no início, quando adentraram, quando constituíram o Estado brasileiro, não levaram em consideração os territórios dos povos indígenas. Quem foi que deu o título de propriedade para aquele proprietário? Não foram os indígenas. Nem eles forjaram um documento. Alguém deu. Então, por isso eu falei, até 88 o indígena era tutelado, ele era conhecido pela sociedade como uma pessoa que não tinha capacidade nenhuma de se defender, de falar. Então, a partir de 88, mudou esse critério. Por isso estou colocando. Até então o Estado era o tutor. Então, ele poderia dizer: *"Não, eu tenho a tutela dele e eu posso dizer o que é bom pra ele e o que não é"*. E é lógico.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas continua, continua a atuação da FUNAI, continua a atuação do Ministério Público. De certa forma, tem um apoio institucional do próprio Estado.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - A forma como o Estado se organiza não interfere e também não influencia diretamente na comunidade indígena, porque é uma forma de o Estado se organizar pra dizer: *"Nós, Estado aqui..."* Porque, falando de Estado



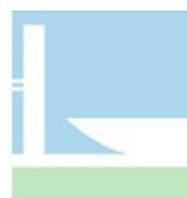


brasileiro, tem outros Estados, Estado como país, também de olho no próprio Estado brasileiro, em como é que está atuando com relação aos povos tradicionais. Então, aí é uma forma de se organizar pra dizer: *“Nós temos uma instituição que está cuidando dos povos indígenas”*. É um mecanismo que ele criou.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Voltando à situação prática aqui: esta área aqui, ela não é uma área apropriada, visivelmente, né — posso estar enganado, mas visivelmente não é apropriada —, para agricultura, para pecuária, para essas coisas assim. Como é que o senhor imagina que deva ser a forma de os senhores sobreviverem, de os senhores terem sua renda, o futuro das suas crianças? Como é que vocês imaginam isso? O quê vocês pretendem? Como é que vocês gostariam que fosse? Como é que está sendo hoje isso?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Bom, isso é um posicionamento da tua pessoa, porque o entendimento nosso não é justamente a ideia do capitalismo, de ter lucro. *“Ah, vou ter esse pedaço aqui agricultável pra eu poder vender pra outro, pra assim conseguir almejar a minha necessidade.”* Isso nunca foi concepção dos povos indígenas. Tanto é que nunca, nenhum indígena... Há algumas exceções. Vender terra! Isso nunca fez parte da cultura indígena. E o ponto que se coloca, talvez pra vocês, é que não seja habitável esse lugar, mas pros indígenas pouco importa.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, eu não disse que não é habitável. Eu disse o seguinte... Eu vou lhe dar outro exemplo: eu sou de uma região lá de Passo Fundo e Erechim que tem pelo menos em torno de 20 áreas indígenas, e muitas delas plantam e tiram o seu sustento dali, e a comunidade vive com razoável qualidade de vida. Algumas comunidades já me disseram o seguinte: que a área que eles têm é insuficiente, muitos indígenas trabalham fora da aldeia e voltam, e se queixam que eles não conseguem concorrer em situação de igualdade com os brancos pelos melhores postos de emprego. Aí, a pergunta que a gente fez é a seguinte: *“Isso deixaria de ser indígena?”* Eles me disseram: *“Não, isso não deixaria de ser indígena. O índio é uma cultura que se mantém independentemente do trabalho que a pessoa tenha”*. A minha pergunta é a seguinte: os senhores aqui... Eu não estou nem falando em capitalismo ou explorar terra. Eu estou perguntando o seguinte: como é que o senhor vai dar sustento pra suas crianças?





**O SR. HYRAL MOREIRA** - Aí é que está. Historicamente... Estamos falando aqui de povos indígenas, de mais de 200 povos indígenas diferentes. Talvez o que você visitou seja kaingang. Temos aqui xokleng. Cada grupo tem um sistema de se manter, de povo indígena. Tem, na sua ideologia, na sua concepção, o extrativismo, tem a mata, ele fornece tudo da floresta. Ele não necessita, não necessitaria se esse sistema não tivesse amordaçado esses povos indígenas. A gente está falando de quase 500 anos de ocupação desse território, e aos poucos foram suprimindo os povos indígenas. Então, cada povo tem um método de se manter. E o do guarani é de viver com a mata, e não é... A ideia do não indígena é produzir um monte, um excedente, e esse excedente é pra poder comercializar. Nunca teve ideia... Nós, indígenas... Por exemplo: *"Ah, vamos pescar"*. Ele vai lá pescar pra tirar pra ele comer no dia. Ele não vai lá tirar um caminhão e guardar num *freezer*. Isso nunca foi... Então, seria, dentro da visão... São duas visões diferentes: a da sociedade envolvente e a dos povos indígenas.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sobre aquilo que eu lhe perguntei antes, a respeito da efetiva ocupação aqui, essa comunidade que está aqui hoje... O senhor vai falar ou o Sr. Teófilo fala com a gente?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Em que sentido?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Assim, essa comunidade que está aqui hoje, ela é a comunidade originária? O senhor disse que isso não importa, e eu respeito essa sua opinião, não vou discutir isso agora. A comunidade que está aqui hoje, ela é a mesma comunidade que já ocupava? Ela é a comunidade que é aqui do Biguaçu? Ela é a comunidade de qual... A comunidade que está aqui hoje.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - É como eu falei, né? A gente está falando de geração pra geração. Talvez essa geração não estivesse 50 anos atrás, nem eu. Então, como é que eu vou lhe dizer isso?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu vou ser bem direto com o senhor. Eu não tenho nada pra lhe esconder, né? Nós temos, nos relatórios, notícias, registros de ocupação guarani aqui em Morro dos Cavalos, de uma família denominada Moreira, que não está mais aqui. É isso que eu lhe pergunto: os senhores são sucessores dessa família que estava aqui? É a mesma?





Como é que isso funciona, pra que isso venha da melhor maneira para os autos da CPI?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Esta pessoa que vos fala, sim.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o seu nome? *(Pausa.)* Depois que o cacique terminar, por favor, só pra a gente não se perder, tá?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Mais uma vez... Assim, né, a gente escolheu quem ia falar e a gente criou um protocolo. Se a gente... vai virar uma baderna aqui, então a gente vai encerrar por aqui, porque a gente já estabeleceu um critério antes de o jogo começar, certo?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, nós estamos respeitando. Pela sua comunidade, é o senhor que vai falar.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Então...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pela sua comunidade, é o senhor que vai falar.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Aqui está previsto quem iria possivelmente falar, o seu Teófilo, cacique.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Isso.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Certo?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Mas e o que eu lhe perguntei?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Então, o que vos fala aqui, sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor é descendente... O senhor é Moreira?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Eu sou Moreira.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hã, hã.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - E essa pessoa também, que acabou de se manifestar, também. É meu parente.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ah, então os senhores continuam aqui.





**O SR. HYRAL MOREIRA** - Mas nós não vamos entrar nesse mérito, como eu falei, porque isso não vem ao caso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, não, o senhor me perdoe, mas essa realmente era uma pergunta que tinha pra gente fazer. *(Pausa.)*

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Nós não vamos mais responder, é a decisão do cacique.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eu vou deixar a pergunta registrada, e o senhor responderá se quiser. O senhor nasceu onde?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Eu nasci nesse território *(ininteligível)* há 40 anos.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Aqui?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Nesse território.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Não, precisamente em que Município?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Isso eu não quero responder.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Tudo bem. Está registrado que o senhor não quis responder à pergunta.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá.

Vamos pegar a qualificação da senhora, que ela quer falar.

**A SRA. REGIANE MACHADO** - Eu sou filha de Rosalina Moreira. Acabei de chegar, agora, tá?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Como é o seu nome?

**A SRA. REGIANE MACHADO** - Rosalina Moreira morou muitos anos aqui no Morro dos Cavalos, tá?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Como é o seu nome?

**A SRA. REGIANE MACHADO** - Regiane Machado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Regiane?

**A SRA. REGIANE MACHADO** - Machado.

Até, agora, a minha mãe acabou de chegar, ali, a Rosalina.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hã, hã. O.k.





**(Não Identificado.)** - Nós não viemos de caravela! É isso aí! *(Pausa.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bom, eu registro, então, que os caciques... quando as senhoras...

**A SRA. REGIANE MACHADO** - Rosalina Moreira.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Rosalina Moreira e...

**A SRA. REGIANE MACHADO** - Regiane Machado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...Regiane Machado...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - e Rosely Machado... Só um pouquinho. Eu registro que, quando elas quiseram falar, os caciques solicitaram que não mais fossem ouvidos, no que foram referendados pela Procuradora Ana Hartmann.

Então, nós neste local não vamos permanecer, porque nós solicitamos que eles permitissem a ouvida e evidentemente não podemos forçar a nossa estada, né?

Eu questiono aos senhores se a gente não pode... Eu não sei... Eu não conheço essas senhoras. A gente não pode ouvi-las? Elas não são da comunidade?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Os senhores podem, pelo menos, explicar pra gente por que a gente não pode ouvi-las?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - *(Inaudível.)* Existe uma comissão. Da mesma forma que vocês vão ter uma Comissão de Inquérito... Não delegaram vocês pra fazer isso? Alguém mais vai fazer outra pergunta, a não ser vocês? Não, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pode, você pode me perguntar.

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Não, estou falando de outra pessoa, a não ser vocês.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São pessoas da comunidade dos senhores?

**O SR. HYRAL MOREIRA** - Não daqui. Daqui, agora...





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São de qual comunidade?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós vamos lá em Praia de Fora também. Então, os senhores não precisam se preocupar. Nós vamos lá, tá? Nós temos ideia, né... O cacique Hyral é de qual? Biguaçu?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor acha que há necessidade de nós irmos lá conhecer o seu local, dar uma olhada?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. O.k.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá bem. Então nós vamos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

Então, nós damos por encerrada a reunião e partiremos pros próximos pontos. E as pessoas que quiserem conversar com a gente, podem nos procurar. Se for reservadamente, também pode ser reservada, ou então em aberto, em cada comunidade. Se puderem nos receber, agradeceremos. Senão, teremos que achar um lugar público pra ouvir as pessoas.

Podem encerrar.

